


CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em reais - R\$)

	Nota explicativa	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	88.531	19.016
Títulos e valores mobiliários	4	25.246	284.291
Títulos e valores mobiliários restrito	5	5.359.379	-
Contas a receber	6	30.154	103.064
Outros ativos circulantes		16.419	4.300
Total do ativo circulante		<u>5.519.729</u>	<u>410.671</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber	6	6.877	20.520
Imobilizado	7	268.120	293.441
Intangível	8	41.486	15.586
Total do ativo não circulante		<u>316.483</u>	<u>329.547</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>5.836.212</u>	<u>740.218</u>

(continua)



3  
1

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em reais - R\$)

<u>PASSIVO</u>	Nota explicativ	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u> Reapresentado
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	9	116.350	153.785
Salários e encargos sociais	10	223.976	175.268
Obrigações tributárias	11	28.968	14.610
Recursos de projetos em execução	12	5.359.379	-
Outros passivos circulantes		1.874	6.740
Total do passivo circulante		<u>5.730.547</u>	<u>350.403</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Patrimônio social		389.815	941.443
Superávit (déficit) acumulado		<u>(284.150)</u>	<u>(551.628)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>105.665</u>	<u>389.815</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><u>5.836.212</u></u>	<u><u>740.218</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT)  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Em reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	8.887.720	8.215.162
CUSTO OPERACIONAL	16	<u>(6.747.344)</u>	<u>(6.334.069)</u>
SUPERÁVIT BRUTO		<u>2.140.376</u>	<u>1.881.093</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	17	(2.392.779)	(2.309.314)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	18	(22.469)	(67.932)
Outras receitas e despesas operacionais		<u>(9.278)</u>	<u>(55.475)</u>
		<u>(2.424.526)</u>	<u>(2.432.721)</u>
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		<u>(284.150)</u>	<u>(551.628)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em reais - R\$)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	<u>(284.150)</u>	<u>(551.628)</u>
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>-</u>	<u>-</u>
TOTAL DO DÉFICIT ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(284.150)</u>	<u>(551.628)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Em reais - R\$)

	Patrimônio - Social	Superávit (déficit) - acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Reapresentado)	933.179	8.264	941.443
Déficit do exercício	-	(551.628)	(551.628)
Incorporação do superávit do exercício anterior (Reapresentado)	8.264	(8.264)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Reapresentado)	941.443	(551.628)	389.815
Déficit do exercício	-	(284.150)	(284.150)
Incorporação do déficit do exercício anterior	(551.628)	551.628	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	389.815	(284.150)	105.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
 (Em reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Déficit do exercício		(284.150)	(551.628)
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa líquido proveniente das atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		43.909	80.111
Constituição de provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa, líquida	6	<u>5.101</u>	<u>(20.732)</u>
		(235.140)	(492.249)
Títulos e valores mobiliários	4	259.045	387.491
Caixa restrito	5	(5.359.379)	
Contas a receber	6	81.452	291.581
Outros ativos circulantes		(12.119)	14.813
Recursos de projetos em execução		5.359.379	-
Fornecedores	9	(37.435)	(267.868)
Salários e encargos sociais	10	48.708	77.650
Obrigações tributárias	11	14.358	(31.697)
Outros passivos circulantes		<u>(4.866)</u>	<u>(16.507)</u>
Caixa líquido gerado pela (aplicado nas) atividades operacionais		<u>114.003</u>	<u>(36.786)</u>
<b>Atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado		(15.240)	(10.312)
Aquisição de intangível		<u>(29.248)</u>	<u>(18.999)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(44.488)</u>	<u>(29.311)</u>
<b>DIMINUIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>69.515</u>	<u>(66.097)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	19.016	85.113
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	88.531	19.016
<b>DIMINUIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>69.515</u>	<u>(66.097)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em reais - R\$)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Confederação Brasileira de Hipismo (“Confederação”), constituída em 19 de dezembro de 1941, é uma associação sem finalidade de lucros, de caráter desportivo, dotada de personalidade jurídica de direito privado, filiada à Federação Equestre Internacional - FEI e ao Comitê Olímpico Brasileiro - COB e constituída pelas entidades filiadas de administração regional do esporte hípico, todas com direitos iguais, que dirijam ou venham a dirigir de fato e de direito e eficientemente no território brasileiro o esporte hípico ou outros assemelhados e que sejam formadas a critério da Confederação ou, ainda, das entidades nacionais e internacionais de administração.

A gestão da Confederação é exercida por meio da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e da Diretoria, não remunerados. A Diretoria presta contas da sua gestão anualmente à Assembleia Geral, após o parecer do Conselho Fiscal.

Os objetivos sociais da Confederação são:

- a) Administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo o País a prática do hipismo em todos os níveis, incluindo o hipismo praticado por portadores de deficiências, quando a FEI permitir.
- b) Representar o hipismo brasileiro perante os poderes públicos em caráter geral.
- c) Representar o hipismo brasileiro no exterior, em competições amistosas ou oficiais da FEI, da Confederação Sul-Americana de Hipismo e da respectiva Federação Internacional, observada a competência do COB.
- d) Promover ou permitir a realização de competições interestaduais, nacionais e internacionais no território brasileiro.
- e) Respeitar e fazer respeitar as regras, as normas e os regulamentos internacionais e olímpicos.
- f) Informar às filiadas sobre as decisões que adotar, bem como aquelas que emanarem dos poderes públicos e das entidades internacionais.
- g) Regulamentar as inscrições dos praticantes do hipismo nas entidades filiadas de administração regional e as transferências de uma para outra de suas filiadas, fazendo cumprir as exigências das leis nacionais e internacionais.
- h) Promover e fomentar a prática do hipismo de alto nível, estudantil, universitário e de cunho social.
- i) Promover o funcionamento de cursos técnicos de hipismo.
- j) Promover a realização de campeonatos e torneios hípicos brasileiros, nacionais e internacionais.
- k) Expedir às filiadas estaduais qualquer ato necessário à organização, ao funcionamento e à disciplina das atividades de hipismo que promover ou participar.



- l) Regulamentar as disposições legais baixadas a respeito dos atletas, dispor sobre inscrições, registro, inclusive de contrato, transferências, remoções, revocações, cessões temporárias ou definitivas.
- m) Decidir sobre a promoção de competições interestaduais ou nacionais pelas entidades estaduais de administração e de prática de hipismo, estabelecendo diretrizes, critérios, condições e limites, sem prejuízo de manter a privacidade de autorização para que tais entes desportivos possam participar de competições de caráter internacional.
- n) Interceder perante os poderes públicos, em defesa dos direitos e interesses legítimos das pessoas jurídicas e físicas sujeitas à sua jurisdição.
- o) Praticar no exercício da direção nacional do hipismo todos os atos necessários à realização de seus fins.
- p) Ser o agente de ligação entre as entidades estaduais de administração do desporto hípico, de maneira que estabeleça harmonia e solidariedade necessárias, maximizando suas possibilidades hípicas.
- q) São consideradas modalidades hípicas o adestramento, o salto, o concurso completo de equitação, o enduro, o volteio, a equitação especial, as rédeas e a atrelagem.

O desporto brasileiro, no âmbito das práticas formais, é regulado por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, que deverão ser aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto, conforme estabelecido no § 1º, do artigo 1º, da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto.

A Confederação não efetua o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social, por entender estar isenta dessas obrigações, com base no artigo 150, da Constituição Federal, da Lei nº 9.532/97 e no Ato Declaratório Normativo CTS nº 17/90.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucros, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e atualizada com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

### 2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras comparativas

A Administração após análise das suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 julgou ser necessário reapresentar a demonstração da mutação do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e o saldo de abertura de dezembro de 2011 pelas seguintes alterações:



## Balço Patrimonial

	<u>2012</u> (Anteriormente apresentada)	<u>Ajustes</u>	<u>2012</u> (Reapresentadas)
Patrimônio social (i)	309.065	632.378	941.443
Superávit/(déficit) acumulado (i)	80.750	(632.378)	(551.628)

	<u>2011</u> (Anteriormente apresentada)	<u>Ajustes</u>	<u>2011</u> (Reapresentadas)
Patrimônio social (i)	309.065	624.114	933.179
Superávit/(déficit) acumulado (i)	632.378	(624.114)	8.264

(i) Ajuste realizado em virtude do atendimento a Resolução CFC Nº 1409/12 que determina a incorporação do superávit ou déficit ao Patrimônio Social. A incorporação do superávit/(déficit) acumulado de exercícios anteriores no Patrimônio Social da Confederação foi realizada gerando uma reclassificação entre rubricas do Patrimônio Líquido, sem efeito no saldo final deste grupo.

Em função de a reapresentação ser decorrente de reclassificação no Patrimônio Líquido a Administração não está divulgando o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Confederação são resumidas como se segue:

## a) Direitos e obrigações

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis até 12 meses subsequentes à data do balanço são considerados como ativo e passivo circulantes. Os demais direitos e obrigações são classificados como não circulantes.

## b) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses da data de contratação, e com risco insignificante de mudança de valor.

Títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias: (i) títulos mantidos até o vencimento; (ii) títulos disponíveis para venda; e (iii) títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido.

- Quando o propósito da aquisição dos investimentos é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Administração tenha a intenção e possua condições financeiras de manter o investimento até seu vencimento.

- Quando a intenção, no momento de efetuar o investimento, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações financeiras são classificadas como títulos disponíveis para venda.
- Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado acrescido por juros e correção monetária ou variação cambial, menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridas até a data dos balanços patrimoniais.

Os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária ou variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária ou variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas. Os ganhos e perdas acumulados registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

A principal aplicação está apresentada por cotas de Fundo de Investimento não exclusivo (BB Curto Prazo Administrativo Supremo) do Banco do Brasil, classificados na ANBIMA como fundos de curto prazo e baixo risco. A Confederação não tem gerência ou influência na composição da carteira ou na aquisição e venda dos papéis componentes da referida carteira, que poderiam conter papéis com certa volatilidade na taxa de juros; conseqüentemente, não atende a todos os requisitos do CPC 03 (R1) - Demonstração dos Fluxos de Caixa para classificação como equivalente de caixa. Em função do processo de aprovação da utilização dos recursos ser de responsabilidade do Ministério do Esporte, este título e valores mobiliários está sendo classificado como restrito (notas explicativas 5 e 12).

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber estão representadas, principalmente, pelas mensalidades e parcelamentos a receber das Federações Nacionais, registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando relevante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe evidência objetiva, além de quaisquer garantias que possam ter sido fornecidas pela contraparte, de que a Confederação não será capaz de cobrar todos os montantes devidos de acordo com as condições iniciais dos créditos a receber.





d) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos, menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de depreciação, na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, sendo reconhecido no resultado do exercício.

A Administração efetua anualmente a análise de seus ativos e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos. Além disso, revisa as vidas úteis dos seus ativos imobilizados em base anuais e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas permanecem adequadas, bem como estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

e) Intangível

Representado por software em uso, demonstrado pelo valor do custo, deduzido de amortização calculada pelo método linear, considerando-se as taxas indicadas na nota explicativa nº 8.

f) Redução do valor recuperável dos ativos de longa duração

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Nenhum indicativo de perda foi identificado pela Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

g) Apuração do resultado

As receitas e as despesas de qualquer natureza são registradas com base no regime de competência, o qual leva em consideração o fato gerador do evento e/ou da transação.

h) Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos quando a Confederação for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis ou a emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os instrumentos financeiros estão divulgados na nota explicativa nº 22.

## i) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que a Administração se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados de suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir, significativamente, dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se aos questionamentos jurídicos, à provisão para créditos de liquidação duvidosa e à vida útil dos ativos não circulantes, bem como a possível redução do valor recuperável dos ativos de longa duração (quando aplicável).

## j) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Novas normas e alterações nas normas existentes e interpretações listadas a seguir foram emitidas e são obrigatórias para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013 ou posteriores. Contudo, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Confederação Brasileira de Hipismo por não serem aplicáveis às operações da Confederação ou porque ainda não é requerida sua aplicação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (e comparativos).

Pronunciamento ou interpretação	Descrição	Aplicação para os exercícios sociais a serem iniciados em ou após
IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	1º de janeiro de 2014
IFRS 9	Instrumentos Financeiros - Data efetiva e divulgações	A ser definido
IAS 19	Planos de contribuição definida – contribuições de empregados	1º de julho de 2014
IFRS 9	Novação de derivativos e continuação da contabilidade de coberturas	1º de janeiro de 2014
IAS 39	Novação de derivativos e continuação da contabilidade de coberturas	1º de janeiro de 2014
IAS 36	Divulgação sobre valores recuperáveis de ativos não financeiros	1º de janeiro de 2014
IFRS 10	Investimentos em Entidades – Alterações no IFRS 10	1º de janeiro de 2014
IFRS 12	Investimentos em Entidades – Alterações no IFRS 12	1º de janeiro de 2014
IAS 27	Investimentos em Entidades – Alterações no IAS 27	1º de janeiro de 2014
IFRIC 21	Taxas	1º de janeiro de 2014

Considerando as atuais operações da Confederação, a Administração não espera que essas normas e interpretações novas e revisadas produzam efeito relevante sobre as Demonstrações Financeiras a partir de sua adoção.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA / TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e bancos (caixa e equivalentes de caixa)	88.531	19.016
Fundo de investimento de renda fixa DI - BB CP 50 MIL (*)	173	38.916
Certificado de depósito Bancário Banco do Brasil - CDB pré-fixado	<u>25.073</u>	<u>245.375</u>
Total	<u>25.246</u>	<u>284.291</u>

(\*) Fundo de investimento de renda fixa DI aberto no Banco do Brasil, classificados na ANBIMA como fundos de baixo risco.



## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS RESTRITOS

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa restrito (Projeto Ministério do Esporte) - BB Curto Prazo Administrativo Supremo (*)	5.359.379	-
Total	<u>5.359.379</u>	<u>-</u>

(\*) Fundo de investimento de renda fixa DI aberto no Banco do Brasil, classificados na ANBIMA como fundos de baixo risco e curto prazo.

O montante corresponde aos recursos captados pelo Ministério do Esporte, com vigência para o primeiro semestre de 2014 e a serem aplicados em uma conta específica no Banco do Brasil e mantidos como caixa restrito, ocorrendo apenas o seu desbloqueio diante da aprovação do Ministério do Esporte para desembolso com projeto SICONV (Nota explicativa 12).

## 6. CONTAS A RECEBER

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativo circulante:		
Mensalidades - partes relacionadas	37.488	37.091
Parcelamentos - partes relacionadas	16.197	84.403
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	<u>(23.531)</u>	<u>(18.430)</u>
Total	<u>30.154</u>	<u>103.064</u>
Ativo não circulante:		
Parcelamentos - partes relacionadas	<u>6.877</u>	<u>20.520</u>
Total	<u>6.877</u>	<u>20.520</u>

A composição dos valores das contas a receber, por data de vencimento, está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
A vencer	37.701	118.909
Vencidos até 30 dias	4.014	4.337
Vencidos de 31 a 60 dias	2.771	1.928
Vencidos de 61 a 90 dias	764	530
Vencidos de 91 a 180 dias	2.292	1.590
Vencidos acima de 180 dias	<u>13.020</u>	<u>14.720</u>
Total	<u>60.562</u>	<u>142.014</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo no início do exercício	(18.430)	(39.162)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas sobre os Recebíveis	(11.941)	(8.270)
Reversão de provisão para devedores duvidosos por recuperação de recebíveis ou acordo total de parcelamento	<u>6.840</u>	<u>29.002</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(23.531)</u>	<u>(18.430)</u>

Composição por vencimento das contas a receber de clientes incluídas na provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa 20):

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
A vencer	2.485	530
Até 30 dias	2.485	530
31 a 60 dias	2.485	530
61 a 90 dias	764	530
91 a 180 dias	2.292	1.590
Acima de 180 dias	<u>13.020</u>	<u>14.720</u>
Total	<u>23.351</u>	<u>18.430</u>

## 7. IMOBILIZADO

	<u>Edificações</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Instalações comerciais</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
<b>Custo:</b>							
Em 1º de janeiro de 2013	366.243	146.756	236.529	29.199	41.991	14.315	835.033
Adições	-	-	13.490	-	1.750	-	15.240
Em 31 de dezembro de 2013	<u>366.243</u>	<u>146.756</u>	<u>250.019</u>	<u>29.199</u>	<u>43.741</u>	<u>14.315</u>	<u>850.273</u>
<b>Depreciação:</b>							
Em 1º de janeiro de 2013	(138.086)	(119.036)	(230.526)	(21.983)	(11.896)	(14.315)	(541.592)
Adições	(18.332)	(14.687)	(1.882)	(1.376)	(4.284)	-	(40.561)
Em 31 de dezembro de 2013	<u>(156.418)</u>	<u>(133.723)</u>	<u>(232.408)</u>	<u>(29.199)</u>	<u>(16.090)</u>	<u>(14.315)</u>	<u>(582.153)</u>
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2013	<u>209.825</u>	<u>13.033</u>	<u>17.611</u>	<u>-</u>	<u>27.651</u>	<u>-</u>	<u>268.120</u>
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2012	<u>228.157</u>	<u>27.720</u>	<u>6.003</u>	<u>1.376</u>	<u>30.185</u>	<u>-</u>	<u>293.441</u>
Taxas de depreciação - %	2	10	20	20	10		

## 8. INTANGÍVEL (SOFTWARE)

Custo:

Em 1º de janeiro de 2013

96.184

Adições

29.248

Em 31 de dezembro de 2013

125.432

Amortização

Em 1º de janeiro de 2013

(80.598)

Adições

(3.348)

Em 31 de dezembro de 2013

(83.946)

Intangível líquido em 31 de dezembro de 2013

41.486

Intangível líquido em 31 de dezembro de 2012

15.586

Taxa de amortização - %

20

## 9. FORNECEDORES

2013 2012

Eventos

64.489

84.281

Serviços prestados por pessoa física e jurídica

51.86169.504

Total

116.350153.785

## 10. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

2013 2012

Provisão de férias

110.273

78.835

Encargos sociais

110.545

94.089

Contribuições a recolher

3.064

2.250

Pensão alimentícia

94

94

Total

223.976175.268

## 11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

2013 2012

IRRF sobre salários

15.169

8.215

IRRF sobre autônomos

5.149

1.190

IRRF sobre pessoa jurídica

2.428

1.569

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL/PIS/COFINS

retidos

6.2223.636Total<sup>1</sup>28.96814.610

## 12. RECURSOS DE PROJETOS EM EXECUÇÃO

Corresponde aos recursos captados para treinamento de equipes de hipismo que participarão das Olimpíadas de 2016 no Brasil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e a findar em 31 de dezembro de 2014, aplicados em um fundo específico no Banco do Brasil (nota explicativa 5) e mantidos até o momento dos eventos de treinamento, ocorrendo apenas o seu desbloqueio mediante aprovação do Ministério do Esporte.

Os recursos recebidos pela Confederação junto ao Ministério do Esporte são registrados como uma obrigação (passivo circulante – Recursos Ministério do Esporte) enquanto não são dispendidos. Quando da realização do evento de treinamento e seu respectivo dispêndio financeiro por aprovação do Ministério a respectiva receita é registrada contabilmente (nota explicativa 15).

	<u>R\$</u>
<u>Saldo em 31 de dezembro de 2012</u>	-
Recursos recebidos pelo Ministério do Esporte	6.494.878
Rendimentos financeiros, líquidos	142.751
Recursos utilizados	<u>(1.278.250)</u>
Total Recurso Ministério do Esporte em 31 de dezembro de 2013	<u>5.359.379</u>

## 13. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Administração, consubstanciada na opinião legal de seus assessores legais externos, declara não ser parte, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, de processos judiciais ou administrativos existentes que possam fluir para a Confederação, trazendo impactos às suas operações e demonstrações financeiras ora apresentadas. A Confederação não possui ativos contingentes contabilizados ou em discussão.

## 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os resultados (superávits ou déficits) apurados anualmente são incorporados (absorvidos) à conta de patrimônio social, quando de sua aprovação, pela Assembleia Geral, das prestações de contas da Diretoria, e em linha com a resolução CFC N° 1409/12.

## 15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Recursos públicos:		
Recursos da Lei Piva	4.060.712	5.265.750
Recursos do Ministério dos Esportes	1.278.250	-
Recursos do Comitê Paraolímpico	392.490	436.105
Recursos da FEI	5.290	-
(-) Devolução de recursos	<u>(269.067)</u>	<u>(644.190)</u>
	<u>5.467.675</u>	<u>5.057.665</u>



	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Registro de cavaleiros e equinos:		
Selos e passaportes	1.013.683	958.197
Capa - FEI	165.905	89.532
Registro de animais/cavaleiros - FEI	86.098	60.479
Licença internacional	52.620	39.662
Registro carteira - Confederação	1.100	819
Transferência de propriedade	6.702	8.036
Mudança de nome do animal	<u>10.671</u>	<u>10.693</u>
	<u>1.336.779</u>	<u>1.167.418</u>
Eventos - Taxas de concursos	<u>1.131.459</u>	<u>830.841</u>
Mensalidades - Mensalidades das Federações	<u>200.712</u>	<u>182.712</u>
Certificação técnica	<u>577.290</u>	<u>689.983</u>
Outras receitas	<u>173.805</u>	<u>286.543</u>
Receita operacional líquida	<u>8.887.720</u>	<u>8.215.162</u>

As receitas de recursos públicos são usualmente oriundas do Comitê Olímpico e Paraolímpico Brasileiro e Ministério dos Esportes, e requerem aprovações com base em orçamentos efetuados pela Confederação para realização e participação em diversos eventos esportivos hípicas anuais.

#### 16. CUSTO OPERACIONAL

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Serviços operacionais prestados por terceiros	(2.562.475)	(2.229.981)
Taxas pagas a Federação Equestre Internacional	(1.859.512)	(2.347.816)
Passagens	(722.862)	(671.604)
Manutenção (*)	(599.939)	-
Hospedagens	(380.460)	(393.309)
Troféus e medalhas	(257.265)	(274.208)
Uniformes	(103.059)	(67.940)
Alimentação	(94.967)	(94.844)
Transportes	(63.179)	(113.371)
Equipamentos para Federações	(51.980)	(44.031)
Prêmios	(8.100)	(46.579)
Taxas de provas	-	(4.067)
Outros	<u>(43.546)</u>	<u>(46.319)</u>
Total	<u>(6.747.344)</u>	<u>(6.334.069)</u>

(\*) Auxílio de manutenção e treinamento de 44 atletas hípicas, de acordo com o projeto SINCOV - "Preparação da Seleção Brasileira Permanente da Modalidade Hípica visando os jogos olímpicos 2016", firmado entre a Confederação e o Ministério do Esporte.

## 17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Salários e ordenados	(684.929)	(491.251)
Serviços gerais e administrativos prestados por terceiros	(568.610)	(636.370)
Encargos sociais (INSS/FGTS/PIS)	(388.655)	(301.963)
Telefone	(177.362)	(156.160)
Férias	(104.778)	(77.234)
Alimentação	(79.623)	(75.296)
13º salário	(59.622)	(40.943)
Plano de saúde	(56.403)	(58.397)
Vale-transporte	(45.450)	(46.547)
Depreciações e amortizações	(43.909)	(80.111)
Material de expediente/escritório	(28.734)	(45.113)
Despesas tributárias	(23.877)	(79.555)
Correios	(21.765)	(25.507)
Aluguéis e condomínios	(16.025)	(14.975)
Energia elétrica	(12.225)	(14.571)
Lanches e refeições	(10.895)	(18.512)
Conduções	(10.089)	(17.997)
Manutenção	(8.564)	(7.387)
Propaganda e publicidade	(6.000)	(31.616)
Cópias e autenticações	(3.702)	(1.760)
Outras despesas	<u>(41.562)</u>	<u>(88.049)</u>
Total	<u>(2.392.779)</u>	<u>(2.309.314)</u>

## 18. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	19.708	32.301
Outras	<u>3.779</u>	<u>2.859</u>
Total de receitas financeiras	<u>23.487</u>	<u>35.160</u>
Despesas financeiras:		
Despesas sobre operações de câmbio	(11.974)	(78.686)
Taxas bancárias	(13.969)	(14.698)
IRRF	(11.516)	(4.069)
Outras	<u>(8.497)</u>	<u>(5.639)</u>
Total de despesas financeiras	<u>(45.956)</u>	<u>(103.092)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(22.469)</u>	<u>(67.932)</u>

## 19. COBERTURA DE SEGUROS

A Confederação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade. A seguir as coberturas de seguro em 31 de dezembro de 2013:

Objetos de seguro	Cobertura	Valor segurado	Final de vigência
Imóveis	Incêndio/raio/explosão	600.000	09/05/2014
	Perda pagamento aluguel (período indenitário 6 meses)	25.000	09/05/2014
	Vendaval/granizo	20.000	09/05/2014
	Danos elétricos	25.000	09/05/2014
	Roubo	28.000	09/05/2014
	Derrame de "sprinklers"	15.000	09/05/2014
	Equipamentos eletrônicos	13.000	09/05/2014
	Fumaça	15.000	09/05/2014
	Ruptura de tubulações	<u>23.000</u>	09/05/2014
	Total		<u>764.000</u>

## 20. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	2013		2012	
	Ativo	Receita	Ativo	Receita
<u>Federações</u>				
São Paulo	1.243	14.916	1.151	13.812
Brasília	1.243	14.916	1.151	13.812
Rio de Janeiro	3.729	14.916	42.466	13.812
Minas Gerais	2.486	14.916	2.302	13.812
Rio Grande do Sul	997	14.916	3.299	13.812
Bahia	1.243	14.916	-	11.688
Pernambuco	8.120	14.916	37.827	13.812
Paraná	1.243	14.916	1.151	13.812
Santa Catarina	2.544	14.916	10.256	13.812
Paraíba	-	14.916	1.151	13.812
Ceará	11.361	10.320	14.295	7.440
Rio Grande do Norte	-	5.736	1.240	7.440
Alagoas	3.346	5.736	1.240	7.440
Mato Grosso do Sul	1.434	5.736	443	5.316
Goiás	-	3.432	265	3.180
Amazonas	5.121	3.432	4.030	3.180
Maranhão	15.022	3.432	11.590	3.180
Mato Grosso	-	3.432	4.602	3.180
Sergipe	286	3.432	3.290	3.180
Espírito Santo	858	3.432	265	3.180
Associação Brasileira de Criadores de Cavalos de Hipismo	<u>286</u>	<u>3.432</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>60.562</u>	<u>200.712</u>	<u>142.014</u>	<u>182.712</u>



Os saldos de contas a receber, em 31 de dezembro de 2013, apresentam saldos de parcelamentos com as Federações de Amazonas, Pernambuco, Ceará e Santa Catarina referentes a créditos em atraso que foram totalmente renegociados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$92.762. As condições de renegociação refletem, na sua quase totalidade, encargos financeiros de multa e juros e prazos de pagamento entre 10 a 60 meses. Nesta data não existem parcelamentos em atraso sendo o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2013 R\$16.197 (R\$84.403 em 31 de dezembro de 2012).

Os saldos de contas a receber em 31 de dezembro de 2013 apresentam créditos em atraso superiores a 90 dias com as Federações de Maranhão, Alagoas, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro, para os quais a Confederação registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$23.531 (nota explicativa 6). Esta provisão reflete saldos vencidos superiores a noventa dias incorporando outros saldos vencidos com período inferior quando atingido o limite de noventa dias.

#### Remuneração do pessoal-chave

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a remuneração total (proventos e benefícios) de pessoal-chave (gerência) é de R\$147.795 (R\$133.964 em 31 de dezembro de 2012). A Confederação não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo à Diretoria, Administração e a seus empregados.

## 21. RESULTADO POR NATUREZA

A Confederação apresentou a demonstração do déficit do exercício utilizando uma classificação das despesas baseada na função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do déficit do exercício é apresentada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Custos com eventos esportivos	(6.747.344)	(6.334.069)
Despesas de folha de pagamento	(1.419.459)	(1.097.347)
Serviços de terceiros	(745.972)	(792.530)
Energia	(12.225)	(14.571)
Despesas de depreciação e amortização	(43.909)	(80.111)
Despesas tributárias	(23.877)	(79.555)
Despesas com viagens	(3.632)	(86.284)
Despesas financeiras	(45.956)	(103.092)
Outras pulverizadas	<u>(152.983)</u>	<u>(234.392)</u>
Total	<u>(9.195.357)</u>	<u>(8.821.951)</u>
Classificadas como:		
Custo operacional	(6.747.344)	(6.334.069)
Despesas gerais e administrativas	(2.392.779)	(2.309.314)
Despesas financeiras	(45.956)	(103.092)
Outras despesas operacionais	<u>(9.278)</u>	<u>(75.476)</u>
Total	<u>(9.195.357)</u>	<u>(8.821.951)</u>